

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro-Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2020, o Sicoob Centro-Serrano completou 32 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

Ainda foi possível contratar o crédito automático, que está com juros menores e carência de 120 dias para começar a pagar. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico sicoobes.com.br.

1.1.2 Crédito emergencial

Com recursos próprios, o Sicoob ES criou a campanha Ao Seu Lado, por meio da qual foram renegociadas e prorrogadas dívidas. Além disso, a instituição ampliou recursos para pequenos empresários com o "Crédito Prosseguir" e com as linhas Pronampe e Pese.

1.1.3 Crescimento

O Sicoob ES no exercício de 2020, obteve um aumento nos depósitos que cresceram 51,45%, alcançando R\$ 7,1 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,1 bilhões que representa um aumento de 31,42% em relação ao exercício de 2019.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a dez/2020	Jan a Dez/2019	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	78.083	72.797	7,26
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.824	36.011	13,37
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.410	10.552	(20,30)
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	35.238	29.451	19,65
Receitas com Ato Não Cooperativo	15.510	12.833	20,85
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	52.989	51.644	2,60
Despesas Tributárias	1.827	1.545	18,25
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	9.014	8.441	6,79
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	11.965	19.314	(38,05)
Juros ao Capital	2.732	5.642	(51,58)
Sobras brutas do exercício	33.765	36.826	(8,31)

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2020:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 19,65%, o resultado da intermediação financeira aumentou 7,26% em relação ao mesmo período de 2019

A receita com Ato Não Cooperativo aumentou 20,85% em relação ao mesmo período de 2019.

Estabilidade na despesa com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais com aumento de somente 2,60% comparado ao mesmo período de 2019.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foram de 65,50%. 9,47% maior comparado com o exercício de 2019.

As receitas com Outras receitas operacionais e resultado não operacional cresceram 6,79% se comparado com o mesmo período de 2019.

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	
Ativos Totais	1.313.001	951.645	37,97
Centralização Financeira	499.356	342.019	46,00
Carteira de Crédito	778.030	626.874	24,11
Depósitos	904.259	583.767	54,90
Patrimônio Líquido	216.582	190.537	13,67
Patrimônio de Referência (PR)	199.530	176.797	12,86

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2020:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 1.313.001 mil ao final do exercício de 2020, com crescimento de 37,97% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2020 o saldo de R\$ 499.356 mil, tendo assim, um crescimento com relação ao mesmo período em 2019 de 46%.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da carteira de crédito superou a marca de 700 milhões de reais, atingindo o montante R\$ 778.030 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 24,11% em relação a 31 de dezembro de 2019.

Os depósitos obtiveram um aumento de 54,90% considerando o mesmo período de 2019, atingindo no final do exercício de 2020 o montante de R\$ 904.259 mil e dessa forma passando da marca de 900 milhões em depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 13,67% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 216.582 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2020			31/12/2019			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	192.490	97.549	290.039	102.153	13.088	115.241	174.798	151,68
Crédito Comercial	481.658	6.333	487.991	157.420	354.213	511.633	(23.642)	(4,62)
Total	674.148	103.882	778.030	259.573	367.301	626.874	151.156	24,11

3) Pessoas

Contávamos com 246 colaboradores no final do exercício de 2020. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 20.641 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2020, houve uma concentração de 80,25 % nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 136 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 62 foram classificadas procedentes e com exceção de 02 demanda todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá - ES, 15 de janeiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balço Patrimonial (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.313.001	951.645
Circulante		818.037	672.779
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	508.684	348.568
Disponibilidades		9.328	6.549
Centralização Financeira - Cooperativas		499.356	342.019
Instrumentos Financeiros		-	48
Títulos e Valores Mobiliários	5.3	-	48
Operações de Crédito	6	298.689	314.946
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		231.899	239.915
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(24.825)	(25.590)
Financiamentos		38.253	27.032
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.461)	(1.351)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		56.980	77.755
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(2.157)	(2.815)
Outros Créditos	7	5.986	4.501
Créditos por Avais e Fianças Honradas	7.1	1.834	1.623
Rendas a Receber		2.287	2.491
Diversos		4.063	1.257
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	7. a	236	363
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7. l. c	(2.434)	(1.233)
Outros Valores e Bens	8	4.678	4.716
Outros Valores e Bens	8. I e II	4.360	4.740
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	8. III	(197)	(621)
Despesas Antecipadas	8. IV	515	597
Não Circulante		494.964	278.866
Realizável a Longo Prazo		455.951	247.439
Instrumentos Financeiros		47.295	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	47.295	-
Operações de Crédito	6	406.536	245.339
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		319.873	192.017
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(40.667)	(33.399)
Financiamentos		84.123	52.669
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(2.350)	(1.827)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		46.902	37.486
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.345)	(1.607)
Outros Créditos		2.120	2.100
Devedores por Depósitos em Garantia	7. b	2.120	2.100
Permanente		39.013	31.427
Investimentos	9	28.338	23.105
Participação em Cooperativa Central de Crédito		19.170	14.550
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		9.168	8.555
Imobilizado de Uso	10	10.634	8.280
Imobilizado de Uso		20.496	16.642
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(9.862)	(8.362)
Intangível	11	41	42
Ativos Intangíveis		716	702
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(675)	(660)
Total do Ativo		1.313.001	951.645
PASSIVO		1.096.419	761.108
Circulante		1.026.621	693.150
Depósitos	12	904.259	583.746
Depósitos à Vista		379.328	181.100
Depósitos Sob Aviso		4.434	5.409
Depósitos à Prazo		520.497	397.237
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12.1	36.797	11.946
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	12.1. a	31.756	11.946
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário	12.1. b	5.041	-
Relações Interfinanceiras		40.223	68.115
Repasse Interfinanceiros	13	40.186	68.104
Relações com Correspondentes	13.3	37	11
Relações Interdependências	14	3.411	3.403
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.411	3.403
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.1	22.617	9.704
Empréstimos No País - Outras Instituições		22.617	9.704
Outras Obrigações	15	19.314	16.236
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.1	13	172
Sociais e Estatutárias	15.2	6.728	5.516
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	15.3	1.602	1.058
Diversas	15.4	10.971	9.490
Não Circulante		69.798	67.958
Depósitos	12	-	21
Depósitos à Prazo		-	21
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		28.388	30.561
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	12.1. a	27.612	30.561
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	12.1. b	776	-
Relações Interfinanceiras		37.068	33.411
Repasse Interfinanceiros	13	37.068	33.411
Outras Obrigações		4.342	3.965
Diversas	15.4. b	2.159	1.795
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	32	2.183	2.170
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		216.582	190.537
Capital Social	17	101.780	99.015
De Domiciliados No País		102.491	99.563
(-) Capital A Realizar		(711)	(548)
Reserva de Sobras		102.513	79.119
Sobras ou Perdas Acumuladas		12.289	12.403
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.313.001	951.645

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acum.	Totais
	Capital Subsc.	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estat.	Conting.		
Saldo em 31/12/2018	90.707	(510)	61.601	241	-	9.402	161.441
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao Capital	9.258	-	-	-	-	(9.258)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(144)	(144)
Outros Eventos/Reservas			55				55
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	4.109	(38)	-	-	-	-	4.071
Por Devolução (-)	(8.854)	-	-	-	-	-	(8.854)
Estorno de Capital	(7)	-	-	-	-	-	(7)
Reversões de Reservas				(241)			241
Sobras ou Perdas Brutas						36.826	36.826
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(5.642)	(5.642)
Juros ao Capital	5.642	-	-	-	-	-	5.642
IRRF sobre Juros ao Capital	(66)	-	-	-	-	-	(66)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(1.059)	-	-	-	-	-	(1.059)
Juros ao Capital - Ex associados	(165)	-	-	-	-	-	(165)
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva	-	-	17.151	-	-	(17.151)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	312	-	(312)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.559)	(1.559)
Saldo em 31/12/2019	99.563	(548)	78.807	312	-	12.403	190.537
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	-	-	-	-	6.202	(6.202)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(3.021)	(3.021)
Ao Capital	3.064	-	-	-	-	(3.064)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(116)	(116)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.462	(163)	-	-	-	-	3.299
Por Devolução (-)	(5.714)	-	-	-	-	-	(5.714)
Estorno de Capital	(25)	-	-	-	-	-	(25)
Reversões de Reservas				(186)			186
Sobras ou Perdas Brutas						33.765	33.765
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(2.732)	(2.732)
Juros ao Capital	2.732	-	-	-	-	-	2.732
IRRF sobre Juros ao Capital	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(520)	-	-	-	-	-	(520)
Juros ao Capital - Ex associados	(58)	-	-	-	-	-	(58)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva	-	-	17.068	-	-	(17.068)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	310	-	(310)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.552)	(1.552)
Saldo em 31/12/2020	102.491	(711)	95.875	436	6.202	12.289	216.582
Saldo em 30/06/2019	98.028	(527)	61.656	241	-	14.975	174.373
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.532	(21)	-	-	-	-	2.511
Por Devolução (-)	(5.344)	-	-	-	-	-	(5.344)
Estorno de Capital	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Reversões de Reservas				(241)			241
Sobras ou Perdas Brutas						18.986	18.986
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(2.777)	(2.777)
Juros ao Capital	5.642	-	-	-	-	-	5.642
IRRF sobre Juros ao Capital	(66)	-	-	-	-	-	(66)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(1.059)	-	-	-	-	-	(1.059)
Juros ao Capital - Ex associados	(165)	-	-	-	-	-	(165)
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva	-	-	17.151	-	-	(17.151)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	312	-	(312)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.559)	(1.559)
Saldo em 31/12/2019	99.563	(548)	78.807	312	-	12.403	190.537
Saldo em 30/06/2020	99.003	(625)	78.807	312	-	21.187	198.684
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	-	-	-	-	6.202	(6.202)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(3.021)	(3.021)
Ao Capital	3.064	-	-	-	-	(3.064)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(116)	(116)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.035	(86)	-	-	-	-	1.949
Por Devolução (-)	(3.732)	-	-	-	-	-	(3.732)
Estorno de Capital	(20)	-	-	-	-	-	(20)
Reversões de Reservas				(186)			186
Sobras ou Perdas Brutas						23.249	23.249
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Juros ao Capital	2.732	-	-	-	-	-	2.732
IRRF sobre Juros ao Capital	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(520)	-	-	-	-	-	(520)
Juros ao Capital - Ex associados	(58)	-	-	-	-	-	(58)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva	-	-	17.068	-	-	(17.068)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	310	-	(310)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.552)	(1.552)
Saldo em 31/12/2020	102.491	(711)	95.875	436	6.202	12.289	216.582

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	23.249	33.765	18.986	36.826
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	23.249	33.765	18.986	36.826

As Notas Explicativas são parte integrante

Demonstrações de Sobras ou Perdas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		55.785	110.000	62.732	124.313
Operações de Crédito	6.h	50.192	97.799	53.362	104.935
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.2	236	236	-	-
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.4	-	-	14	64
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.1	5.357	11.965	9.356	19.314
Dispêndio da Intermediação Financeira		(22.647)	(60.776)	(32.713)	(68.213)
Operações de Captação no Mercado	12. b	(6.042)	(14.649)	(12.378)	(25.015)
Operações de Empréstimos e Repasses	13. 2	(2.359)	(5.303)	(3.534)	(7.187)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	6.i	(14.246)	(40.824)	(16.801)	(36.011)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		33.138	49.224	30.019	56.100
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(7.384)	(11.648)	(9.075)	(16.454)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20	10.647	20.600	9.371	17.061
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	7.800	14.638	6.680	12.390
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(10.634)	(20.641)	(10.496)	(19.406)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(13.444)	(26.472)	(13.766)	(26.177)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(971)	(1.827)	(843)	(1.545)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	3.502	9.167	4.171	8.604
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(3.294)	(5.876)	(3.319)	(6.061)
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes	25. 1	(8)	7	3	(8)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	25. 2	(982)	(1.244)	(876)	(1.312)
Resultado Operacional		25.754	37.576	20.944	39.646
Outras Receitas e Despesas	26	40	(153)	(282)	(163)
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	-	1
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(621)	(621)	(53)	(75)
Outras Receitas		46	55	52	212
Outras Despesas		(6)	(12)	(89)	(109)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		621	425	(192)	(192)
Resultado Antes da Tributação e Participações		25.794	37.423	20.662	39.483
Imposto de Rendas		(973)	(973)	(333)	(333)
Contribuição Social		(596)	(596)	(211)	(211)
Participações nos Resultados de Empregados		(976)	(2.089)	(1.132)	(2.113)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		23.249	33.765	18.986	36.826
Destinações Legais e Estatutárias			(18.744)		(18.781)
FATES			(1.552)		(1.559)
Reserva Legal			(17.068)		(17.151)
Outras Destinações Estatutárias			(310)		(312)
Reversões de Reservas			186		241
Resultado Antes dos Juros ao Capital			15.021		18.045
Juros ao Capital			(2.732)		(5.642)
Sobras/Perdas Líquidas			12.289		12.403

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	23.249	33.765	18.986	36.826
Juros ao Capital Recebido	(116)	(116)	(77)	(77)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.714)	-	(1.080)
Participações nos Resultados de Empregados	976	2.089	1.132	2.113
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	14.246	40.824	16.801	36.011
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	982	1.244	876	1.312
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(621)	(425)	192	192
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	8	(7)	(3)	8
Depreciações e Amortizações	844	1.515	674	1.406
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	39.568	77.175	38.581	76.711
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(47.295)	(47.294)	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	49	888	2.065
Relações Interfinanceiras	299	-	321	-
Operações de Crédito	(100.404)	(185.763)	(34.349)	(96.068)
Outros Créditos	2.034	(1.505)	1.005	419
Outros Valores e Bens	2.727	462	531	(800)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	95.209	198.228	17.955	42.188
Depósitos sob Aviso	(653)	(976)	(443)	(474)
Depósitos à Prazo	54.791	123.239	13.808	25.019
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	7.664	16.860	3.388	12.018
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	5.817	5.817	-	-
Relações Interdependências	3.300	8	3.191	(230)
Relações Interfinanceiras	(11.516)	(24.234)	(26.330)	(35.163)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.200	12.913	304	4.719
Outras Obrigações	(1.289)	1.698	(1.974)	(1.464)
FATES Sobras Exercício	(1.552)	(1.552)	(1.559)	(1.559)
Imposto de Renda	(973)	(973)	(333)	(333)
Contribuição Social	(596)	(596)	(211)	(211)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	54.331	173.556	14.773	26.837
Atividades de Investimentos				
Recebimento Dividendos	-	605	-	1.080
Distribuição Sobras da Central	-	1.109	-	-
Recebimento de Juros ao Capital	116	116	77	77
Aquisição de Intangível	(7)	(15)	-	(10)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.527)	(3.854)	(742)	(1.916)
Aquisição de investimentos	(116)	(5.233)	(594)	(3.948)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.534)	(7.272)	(1.259)	(4.717)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.949	3.299	2.511	4.071
Devolução de Capital à Cooperados	(3.732)	(5.714)	(5.344)	(8.854)
Estorno/Cancelamento de Capital	(20)	(25)	(3)	(7)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(116)	(116)	-	(144)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(3.021)	(3.021)	-	-
Juros ao Capital pago	(1.000)	(2.732)	(2.777)	(5.642)
Subscrição de Juros ao Capital	2.732	2.732	5.642	5.642

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Juros ao Capital Conta Corrente	(520)	(520)	(1.059)	(1.059)
Juros ao Capital à Ex-associados	(58)	(58)	(165)	(165)
IRRF sobre Juros ao Capital	(13)	(13)	(68)	(68)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	55
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(3.799)	(6.168)	(1.263)	(6.171)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.998	160.116	12.251	15.949
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	459.686	348.568	336.317	332.619
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	508.684	508.684	348.568	348.568
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.998	160.116	12.251	15.949

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRO-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRO-SERRANO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29/09/1988, filiada à COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SERRANO possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITARANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES.

O SICOOB CENTRO-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reafirmou em 03 de novembro de 2020 a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/01/2021.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente - DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO CENTRO-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRO-SERRANO junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida junto ao Sicoob Central ES e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais

ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020.

x) COVID19 nas Demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 seja de ativos financeiros ou de ativos não financeiros.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	9.328	6.549
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira (b)	499.356	342.019
TOTAL	508.684	348.568

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

4.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.357	11.965	9.356	19.314
TOTAL	5.357	11.965	9.356	19.314

5. Instrumentos Financeiros

5.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	47.295	-
TOTAL	47.295	-

Aplicação de garantia junto ao Bancoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.2 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	236	236	-	-
TOTAL	236	236	-	-

5.3 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Título de Renda Fixa – Circulante	-	48
TOTAL	-	48

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

5.4 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	-	14	64
TOTAL	-	-	14	64

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	316	-	316	444
Empréstimos	219.818	319.873	539.691	408.907
Títulos Descontados	11.765	-	11.765	22.581
Financiamentos	38.253	84.123	122.376	79.701
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	56.980	46.902	103.882	115.241
Total das Operações Crédito	327.132	450.898	778.030	626.874
(-) Provisões para Operações de Crédito	(28.443)	(44.362)	(72.805)	(66.589)
TOTAL	298.689	406.536	705.225	560.285

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% N	134.069	1.927	24.938	46.461	207.395	(1.036)	145.107	(725)
B 1% N	148.273	974	43.735	32.404	225.386	(2.254)	184.265	(1.843)
B 1% V	350	8	74	36	468	(5)	933	(9)
C 3% N	103.525	2.156	31.426	17.672	154.779	(4.643)	144.395	(4.332)
C 3% V	888	85	928	63	1.964	(59)	3.429	(103)
D 10% N	50.667	1.384	8.178	2.844	63.073	(6.307)	40.837	(4.084)
D 10% V	2.039	79	393	219	2.730	(273)	4.709	(470)
E 30% N	18.739	353	796	685	20.573	(6.172)	20.542	(6.162)
E 30% V	1.714	91	246	11	2.062	(619)	8.337	(2.501)
F 50% N	12.488	199	301	818	13.806	(6.903)	16.090	(8.045)
F 50% V	8.632	101	558	87	9.378	(4.689)	10.977	(5.489)
G 70% N	5.275	145	52	166	5.638	(3.947)	2.993	(2.095)
G 70% V	1.589	113	-	7	1.709	(1.196)	3.282	(2.297)
H 100% N	20.015	364	304	436	21.119	(21.119)	13.984	(13.984)
H 100% V	11.665	691	339	888	13.583	(13.583)	14.450	(14.450)
Total Normal	516.225	7.502	119.838	102.571	746.136	(52.381)	580.757	(41.270)
Total Vencidos	26.877	1.168	2.538	1.311	31.894	(20.424)	46.117	(25.319)
Total Geral	543.102	8.670	122.376	103.882	778.030	(72.805)	626.874	(66.589)
Provisões	(63.740)	(1.752)	(3.811)	(3.502)	(72.805)		(66.589)	
Total Líquido	479.362	6.918	118.565	100.380	705.225		560.285	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	316	-	-	316
Cheque Especial/Conta garantida	8.354	-	-	8.354
Empréstimos	55.420	156.043	319.873	531.336
Títulos Descontados	11.315	451	-	11.766
Financiamentos	10.325	27.928	84.123	122.376
Financiamentos Rurais	13.878	43.102	46.902	103.882
TOTAL	99.608	227.524	450.898	778.030

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	201.969	18.673	108	220.750	28%
Setor Privado - Indústria	32.980	11.785	-	44.765	6%

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	171.241	36.741	3.379	211.361	27%
Pessoa Física	137.524	54.966	97.549	290.039	38%
Outros	8.058	211	2.846	11.115	1%
TOTAL	551.772	122.376	103.882	778.030	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	66.589	53.682
Constituições	39.613	35.723
Transferência para prejuízo	(33.397)	(22.816)
TOTAL	72.805	66.589

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	18.845	2%	18.088	3%
10 Maiores Devedores	91.138	10%	82.201	13%
50 Maiores Devedores	203.268	22%	184.589	29%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	103.340	91.401
Valor das operações transferidas no período	33.397	22.816
Valor das operações recuperadas no período	(8.410)	(10.552)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(249)	(325)
TOTAL	128.078	103.340

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	300	620	368	704
Rendas de Empréstimos	32.564	65.355	34.754	67.898
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.346	3.661	3.016	6.335
Rendas de Financiamentos	6.526	12.818	5.615	10.208
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.460	2.771	1.496	3.068
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.140	2.471	1.288	2.862
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	528	961	805	1.625
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	51	267	319	722
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	145	465	453	961
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.132	8.410	5.248	10.552
TOTAL	50.192	97.799	53.362	104.935

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(35.495)	(81.836)	(34.763)	(63.461)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	22.933	43.942	18.706	28.972
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(2.122)	(3.519)	(983)	(1.884)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	438	589	239	362
TOTAL	(14.246)	(40.824)	(16.801)	(36.011)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honrados (I)	1.834	1.623
Rendas a Receber	2.287	2.491
Rendas Serviços arrecadação de convênios	720	760
Rendas da Centralização da Administração Financeira	878	1.313
Outras Rendas a Receber	689	418
Diversos	4.063	1.257
Adiantamento e Antecipações salariais	195	79
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	7	77
Devedores por Compra de Valores e Bens (I)	968	-

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.919	62
Pagamentos a Ressarcir	143	306
Títulos e Créditos a Receber	740	529
Devedores Diversos - País	91	204
Ativos Fiscais Correntes (a)	236	363
Devedores por Depósitos em Garantia – Longo Prazo (b)	2.120	2.100
(-) Provisões para Outros Créditos (l) (c)	(2.434)	(1.233)
TOTAL	8.106	6.601

(l) Nível de risco Avais e Fianças Honrados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Normal	99	-	99	(30)	158	(48)
E 30% Vencidas	204	-	204	(61)	212	(63)
F 50% Normal	52	-	52	(26)	20	(10)
F 50% Vencidas	124	-	124	(62)	159	(80)
G 70% Normal	20	-	20	(14)	11	(7)
G 70% Vencidas	208	-	208	(146)	128	(90)
H 100% Normal	14	968	982	(982)	23	(23)
H 100% Vencidas	1.113	-	1.113	(1.113)	912	(912)
Total Normal	184	968	1.152	(1.052)	212	(88)
Total Vencidos	1.650	-	1.650	(1.382)	1.411	(1.145)
Total Geral	1.834	968	2.802	(2.434)	1.623	(1.233)
Provisões	(1.466)	(968)	(2.434)		(1.233)	
Total Líquido	368	-	368		390	

(a) Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	215	321
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	-	21
Cofins a Compensar	6	6
Pis a Compensar	1	1
INSS a Compensar	14	14
TOTAL	236	363

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 337 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.782 mil) e Outros (R\$ 1 mil). Classificados no ativo Não Circulante e mais bem detalhado na nota 32.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (I)	4.292	4.665
Material em Estoque (II)	68	75
(Provisões para Desvalorizações) (III)	(197)	(621)
Despesas Antecipadas (IV)	515	597
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	446	540
Outras Despesas Antecipadas (b)	69	57
TOTAL	4.678	4.716

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento, consolidação e adjudicação de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(II). Material em estoque para uso administrativo;

(III). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(IV). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central ES (a)	19.170	14.550
Participações Instituição Financeira controlada Cooperativa de Crédito – Bancoob (b)	9.168	8.555
TOTAL	28.338	23.105

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas em 2020 no valor de R\$ 1.109 mil. Também houve remuneração ao capital com pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 116 mil (Em 31/12/2019 – R\$ 77 mil).

(b) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos no exercício de 2020 de R\$ 605 mil (Em 2019 de R\$ 1.080 mil).

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	375	518	
Terrenos	81	81	
Edificações	2.642	2.642	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(971)	(871)	
Instalações	8.444	5.770	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(3.503)	(2.861)	
Mobiliários	2.120	1.814	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(1.123)	(968)	
Máquinas	133	128	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(84)	(74)	
Aparelhos de Refrigeração	1.705	1.337	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(897)	(770)	
Equipamentos de Processamento de Dados	3.584	3.050	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(2.405)	(2.049)	
Alarme	44	32	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(18)	(14)	
Cabines de Segurança	173	152	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(115)	(105)	
Armas e Equipamentos	417	376	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(287)	(262)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	268	246	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(159)	(138)	
Equipamentos de Comunicação	292	278	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(151)	(129)	
Veículos	218	218	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(149)	(121)	
TOTAL	10.634	8.280	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

A despesa com depreciação acumulada em 2020 foi de R\$ 1.500 mil (Em 2019 – R\$ 1.356 mil).

11. Intangíveis

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	716	702	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(675)	(660)	
TOTAL	41	42	

A despesa com amortização em 2020 foi de R\$ 15 mil (Em 2019 – R\$ 50 mil).

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	379.328	181.100
Depósito Sob Aviso	4.434	5.409
Depósito a Prazo – Circulante	520.497	397.237
Depósito a Prazo – Não Circulante	-	21
TOTAL	904.259	583.767

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	33.145	3%	13.454	2%
10 Maiores Depositantes	90.199	9%	48.157	8%
50 Maiores Depositantes	176.134	18%	107.606	17%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(47)	(138)	(158)	(334)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.818)	(12.071)	(10.787)	(21.944)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(511)	(1.268)	(982)	(1.872)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(21)	(21)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(645)	(1.151)	(451)	(865)
TOTAL	(6.042)	(14.649)	(12.378)	(25.015)

12.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	31.756	11.946
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	27.612	30.561
TOTAL	59.368	42.507

b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - Circulante	5.041	-
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - Não Circulante	776	-
TOTAL	5.817	-

13. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	5.063	115	5.178	14.254	4.516	18.770
Recursos do Bancoob	35.123	23.687	58.810	53.850	28.895	82.745
Recursos Bancoob - Capital de Giro Livre	-	13.266	13.266	-	-	-
Total	40.186	37.068	77.254	68.104	33.411	101.515

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

13.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	16.904	-	9.704
Bancoob - Rotativo	5.713	-	-
TOTAL	22.617	-	9.704

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

13.2 Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas dessas transações resultaram ao final de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas com Empréstimos Rotativo - Sicoob Central ES	(142)	(312)	(261)	(442)
Despesas com Empréstimos Rotativo - Bancoob	(63)	(82)	-	-
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(312)	(815)	(708)	(1.402)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(1.842)	(4.094)	(2.565)	(5.343)
TOTAL	(2.359)	(5.303)	(3.534)	(7.187)

13.3 Relações com Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes	37	11
TOTAL	37	11

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	13	14
Ordens de Pagamento (b)	3.305	3.163
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	93	226
TOTAL	3.411	3.403

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

15. Outras Obrigações

15.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito - IOF	8	168
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1	1
Recebimento de Tributos Municipais	4	3
TOTAL	13	172

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

15.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nos Lucros (a)	2.134	1.332
Resultado de Atos com Associados (b)	1.552	1.559
Cotas de Capital a Pagar (c)	3.042	2.625
TOTAL	6.728	5.516

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	529	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	143	129
Imposto e contribuições s/ salários	655	623
IRRF sobre Aplicações Financeiras	105	107
IRRF sobre Juros ao Capital	13	68
Outros	157	131
TOTAL	1.602	1.058

15.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	570	51
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.355	1.943
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.893	2.651
Despesa de Pessoal	1.429	1.400
Aluguéis	132	113
Assessoria Técnica	-	12
Custódia de Valores e Bens	24	-
Comunicações	25	28
Promoções e Relações Públicas	49	-
Segurança e Vigilância	143	7
Manutenção e Conservação de Bens	2	4
Transporte	64	60
Seguro	11	12
Plano de Saúde	9	9
Compensado	86	72
Seguros a Recolher	5	4
Seguros Prestamista	570	595
Provisão de cartões a Pagar	234	219
Ordem de Pagamento - Encerramento Conta Salário	36	19
Outras Despesas Administrativas	74	97
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	4.749	3.505
Credores Diversos - País	2.563	3.135
Pagamento a Processar	198	443
Créditos de Terceiros	64	-
Cooperativa Central	310	300
Valores a Pagar arrecadação	47	42
Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado	1	35
Taxas de Alienação Veículos a Repassar	32	27
Taxas de Gravame a Repassar	3	-
Cheques Depositados	145	756
Credores Diversos - Liquidação de cobrança	633	1.407
Fatura Sicoobcard	15	5
Outros Credores Diversos	1.115	120
TOTAL	13.130	11.285

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 99.906 mil (R\$ 78.416 mil em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras.

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

ras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Curto Prazo	2.590	1.710
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Longo Prazo	2.159	1.795
TOTAL	4.749	3.505

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB CENTRO-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	101.780	99.015
Associados	63.257	55.165

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Movimentação FIS		
Saldo Inicial do FIS	312	241
Constituição	310	312
(-) Utilização FIS	(186)	(241)
Saldo Final FIS	436	312

d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ R\$ 6.202 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para constituição do Fundo de Contingência COVID-19 no valor de R\$ 6.202 mil e R\$ 3.064 destinados para aumento do capital social.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	31.033	31.184
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	31.033	31.184
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(17.068)	(17.151)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.552)	(1.559)
Fundo de Investimento Social – 1%	(310)	(312)
Utilização FIS	186	241
Sobra à disposição da Assembleia Geral	12.289	12.403

18. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Segundo semestre:

Descrição	2º Sem/2020			2º Sem/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	104.429	96.445	7.984	103.516	96.497	7.019
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(54.943)	(53.358)	(1.585)	(60.097)	(58.578)	(1.519)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(25.708)	(23.744)	(1.964)	(26.384)	(24.594)	(1.790)
Resultado Operacional	23.778	19.343	4.435	17.035	13.325	3.710
Receita Não Operacional	667	-	667	52	-	52
Despesa Não Operacional	(627)	-	(627)	(334)	-	(334)
Resultado Não Operacional	40	-	40	(282)	-	(282)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	23.818	19.343	4.475	16.753	13.325	3.428
IRPJ/CSLL	(1.569)	-	(1.569)	(544)	-	(544)
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	2.906	(2.906)	-	2.884	(2.884)
Resultado do Período	22.249	22.249	-	16.209	16.209	-

Exercício:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	204.185	188.675	15.510	194.431	181.598	12.833
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(121.641)	(118.665)	(2.976)	(113.681)	(110.998)	(2.683)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(49.789)	(46.004)	(3.785)	(48.859)	(45.634)	(3.225)
Resultado Operacional	32.755	24.006	8.749	31.891	24.966	6.925
Receita Não Operacional	677	-	677	213	-	213
Despesa Não Operacional	(830)	-	(830)	(376)	-	(376)
Resultado Não Operacional	(153)	-	(153)	(163)	-	(163)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	32.602	24.006	8.596	31.728	24.966	6.762
IRPJ/CSLL	(1.569)	-	(1.569)	(544)	-	(544)
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	7.027	(7.027)	-	6.218	(6.218)
Resultado do Período	31.033	31.033	-	31.184	31.184	-

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 2.732 mil, visando remunerar capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

20. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Cobrança	2.753	5.211	2.516	4.820
Rendas Transações Intercredis	397	737	422	716
Rendas de Cartões	1.062	1.988	927	1.731
Rendas de Convênios	362	602	265	477
Rendas de Serviços	1.444	2.497	915	1.874
Rendas de Tarifas	697	1.612	869	1.588
Comissão com Venda de Consórcios	873	1.867	779	1.044
Comissão com Venda de Seguros	2.433	4.831	1.893	3.529
Rendas Recebidas do Bancoob	575	919	533	816
Outras Rendas de Prestação de Serviços	51	336	252	466
TOTAL	10.647	20.600	9.371	17.061

21. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.011	3.868	1.732	3.314
Rendas de Serviços Prioritários - PF	600	1.124	553	1.026
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	5	28	126	271
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	5.184	9.618	4.269	7.779
TOTAL	7.800	14.638	6.680	12.390

22. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Honorários	(782)	(1.561)	(773)	(1.521)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.816)	(3.530)	(2.116)	(3.490)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.049)	(3.995)	(1.963)	(3.724)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.688)	(10.964)	(5.208)	(9.967)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(3)	(5)	(147)	(149)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(296)	(586)	(289)	(555)
TOTAL	(10.634)	(20.641)	(10.496)	(19.406)

23. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(260)	(513)	(248)	(548)
Despesas de Aluguéis	(1.186)	(2.250)	(982)	(1.936)
Despesas de Comunicações	(370)	(712)	(304)	(617)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(196)	(404)	(189)	(343)
Despesas de Material	(249)	(475)	(177)	(392)
Despesas de Processamento de Dados	(2.180)	(4.470)	(1.735)	(3.515)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(398)	(662)	(765)	(926)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(169)	(238)	(277)	(433)
Despesas de Publicações	(1)	(11)	(9)	(19)
Despesas de Seguros	(25)	(44)	(17)	(30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.428)	(5.225)	(2.889)	(5.603)
Despesas de Serviços de Terceiros	(764)	(1.402)	(857)	(1.577)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(1.136)	(2.182)	(983)	(1.954)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(898)	(1.588)	(623)	(1.050)
Despesas de Transporte	(447)	(869)	(491)	(938)

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Viagem No País	(17)	(67)	(45)	(85)
Despesas de Amortização	(8)	(15)	(7)	(50)
Despesas de Depreciação	(836)	(1.500)	(667)	(1.356)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(168)	(395)	(171)	(427)
Despesas com Impostos e Taxas	(3)	(66)	(49)	(94)
Despesa Fundo Cooperativista	(78)	(147)	(80)	(147)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(1.343)	(2.514)	(1.511)	(3.053)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(93)	(372)	(433)	(657)
Outras Despesas Administrativas	(191)	(351)	(257)	(427)
Total	(13.444)	(26.472)	(13.766)	(26.177)

24. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	514	1.222	838	923
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.423	3.268	1.665	3.340
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	194	443	216	418
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	512	1.017	569	1.148
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	273	750	465	1.034
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	605	-	1.080
Rendas de Repasse Delcredere	450	617	336	579
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	1.109	-	-
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	116	116	77	77
Deduções e Abatimentos	20	20	-	-
Outras Rendas Operacionais	-	-	5	5
TOTAL	3.502	9.167	4.171	8.604

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

25. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos	(803)	(1.366)	(509)	(958)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(644)	(1.171)	(489)	(861)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(238)	(417)	(240)	(439)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-	-	(287)	(557)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	-	(334)	(667)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(1.436)	(2.639)	(1.114)	(2.165)
Perdas Práticas Inadequadas	(13)	(18)	(3)	(40)
Perdas Fraudes Externas	(12)	(12)	(279)	(279)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(43)	(65)	-	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(24)	(27)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(81)	(161)	(64)	(95)
TOTAL	(3.294)	(5.876)	(3.319)	(6.061)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

25.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para Passivos Contingentes	(8)	(8)	(8)	(19)
Reversão de Provisão para Contingências	-	15	11	11
TOTAL	(8)	7	3	(8)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

25.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(2.576)	(4.746)	(2.482)	(4.030)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	1.594	3.502	1.606	2.718
TOTAL	(982)	(1.244)	(876)	(1.312)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

26. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-	-	1
Ganhos de Capital	11	20	19	179
Reversão de Desvalorização de Outros Valores e Bens	621	621	-	-
Outras Rendas não Operacionais	35	35	33	33
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(621)	(621)	(53)	(75)
(-) Perdas de Capital	(3)	(4)	(7)	(20)

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
(-) Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	(196)	(192)	(192)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(3)	(8)	(82)	(89)
Resultado Líquido	40	(153)	(282)	(163)

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	7.038	0,60%	84
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	420	0,04%	4
TOTAL	7.458	0,64%	88
Montante das Operações Passivas	2.203	0,36%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Direitos Creditórios Descontados	88	1	0,08%
Empréstimos	8.977	161	1,69%
Financiamentos	1.511	15	1,24%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	4.652	1,23%	
Depósitos a Prazo	2.836	0,54%	80% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	151	0,23%	91% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	6,97% a.m	6,97% a.m
Desconto de Recebíveis	0,99% a 3,50% a.m	0,99% a 3,50% a.m
Empréstimos	0,50% a 3,99% a.m	0,50% a 3,99% a.m
Crédito Rural - RPL	8,50% a 24,99% a.a	8,50% a 24,99% a.a
Crédito Rural - Repasses	2,75% a 7,50% a.a	2,75% a 7,50% a.a
Aplicações Financeiras	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI
Aplicações Financeiras – LCA	91% a 93% CDI	91% a 93% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	3
Conta Garantida	4.855
Direitos Creditórios Descontados	52
Empréstimos	23.602
Financiamentos	3.905

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2020
Honorários e Cédula de Presença	1.321
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	51

28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRO-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRO-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação

Notas Explicativas (em 31/12/2020 e de 2019 | em milhares de R\$)

e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CENTRO-SERRANO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	518.972	357.157
Títulos e Valores Mobiliários	-	48
Centralização Financeira	499.356	342.019
Outros Valores e Bens	446	540
Investimentos	19.170	14.550
Passivo	22.392	28.773
Relações Interfinanceiras	5.178	18.770
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16.904	9.703
Outras Obrigações	310	300

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Receita	5.473	12.081	9.447	19.455
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	-	14	64
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.357	11.965	9.356	19.314
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	116	116	77	77
Despesa	(3.233)	(6.280)	(3.594)	(7.062)
Operações de Empréstimos e Repasses	(454)	(1.127)	(969)	(1.844)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.343)	(2.514)	(1.511)	(3.053)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(1.436)	(2.639)	(1.114)	(2.165)

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	199.530	176.797
Margem de Compatibilização	106.772	95.715
Índice da Basileia	22,59%	26,17%
Margem de Imobilização	89.131	80.118

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.120	2.119	2.100	2.100
Outros	63	1	70	-
TOTAL	2.183	2.120	2.170	2.100

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRO-SERRANO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 63 mil.

Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de janeiro de 2021.

Rodrigo Calheiros de Oliveira

Diretor Executivo

CPF: 007.928.797-24

Jaqueline Timm Domingos

Diretora Operacional

CPF: 947.282.087-53

Wanderson Vieira da Silveira

Contador CRC nº 016925/O-0-ES

CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO-SERRANO

Santa Maria de Jetibá/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro-Serrano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRO-SERRANO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Con-

Relatório de Auditoria

selho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 12 de fevereiro de 2021



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo - SICOOB CENTRO-SERRANO**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 12 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Santa Maria de Jetibá/ES, 26 de fevereiro de 2021.

Sigmar Miertschink
Coordenador do Conselho Fiscal

Volkmar Berger Junior
Membro efetivo

Elisa Klug Sperandio
Secretário do Conselho Fiscal